

Se apenas há alguns anos as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) eram consideradas uma alternativa para a prática pedagógica, hoje a educação é chamada a repensar sua extraordinária incidência no cotidiano das pessoas e das instituições. O desafio mais imediato é a incorporação do desenvolvimento tecnológico ao âmbito da educação escolar. Mas talvez seja ainda mais desafiador o adensamento de estudos e pesquisas orientados para os processos decorrentes dessas novas tecnologias, tendo em vista, entre outras, a discussão das práticas pedagógicas e das políticas educacionais voltadas para a sua incorporação.

Isso porque o avassalador desenvolvimento tecnológico é frequentemente visto como uma decorrência de ordem natural e não resultante de processos sociais historicamente constituídos. Nessa mesma direção, a prevalência do novo, inerente às novas tecnologias, pode conduzir à recusa não crítica do passado, da memória e da tradição.

Considerando esse contexto de tensões entre inovação e tradição, o número 61 da *Revista Brasileira de Educação (RBE)* reúne estudos e pesquisas que abordam, de uma parte, as relações entre educação e as TIC e, de outra parte, processos históricos educacionais. Propõe, assim, por meio desses dois conjuntos de trabalho, e sob pontos de vista distintos, leituras que remetem a dimensões do presente e do passado referentes à educação e às relações sociais e culturais nas quais se constituem.

Os quatro artigos iniciais contribuem para o aprofundamento da discussão relativa às articulações entre a educação e as TIC. O primeiro artigo, de Georgina Vivanco, discute as lógicas que sustentam as políticas e os programas de incorporação das TIC à educação. A autora contrapõe ao “universalismo abstrato” e às “políticas homogeneizadoras” que permeariam essas ações a noção de “ecossistema comunicativo”, orientado para o desenvolvimento de novas subjetividades e formas de estar no mundo. Afirma, assim, a necessidade de fazer emergir a dimensão cultural das novas tecnologias, o que permitiria ressaltar a diversidade no âmbito das práticas que têm origem nas políticas homogeneizadoras.

Joana Peixoto, no segundo artigo, também aborda questões epistemológicas que envolvem as TIC na educação, com ênfase na pesquisa sobre os processos

formativos *on-line*, tendo em perspectiva ir além do antagonismo muitas vezes estabelecido entre as dimensões cultural e a técnica dos meios tecnológicos. Ressalta que as plataformas digitais, os ambientes virtuais e os meios de comunicação digitais em rede contêm, para além de sua base técnica, elementos de ordem abstrata ou simbólica que devem ser considerados. Para superar esse aparente antagonismo, a autora adota, do ponto de vista teórico-metodológico, a abordagem sociotécnica, que se apoia na afirmação do papel socialmente construído da tecnologia e de seus usos.

Seguem-se mais dois artigos que discutem distintos aspectos da incorporação das TIC à educação escolar. Sônia Matilde Pinto Correia Martins e Elsa Maria dos Santos Fernandes descrevem e discutem as contribuições de uma experiência em que foram utilizados robôs em sala de aula. O artigo de Flaminio de Oliveira Rangel, Heloisa Albuquerque Costa, Cristiane Cagnoto Mori De-Angelis e Roberta Lombardi Martins aborda os tipos de mediação *on-line* desenvolvidos em fóruns de um curso de práticas de leitura e escrita, dando ênfase à atuação dos assessores técnico-pedagógicos que possuíam formação básica em língua portuguesa.

Na sequência encontram-se estudos de história da educação que levam a períodos e lugares distintos: aos anos de 1931 a 1942, no interior gaúcho; à segunda metade do século XIX, no Chile; e aos primeiros anos da educação soviética. José Edimar de Souza e Luciane Sgarbi Santos Grazziotin buscaram recompor a história do ensino em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS, por meio das narrativas de uma professora primária. Pela ótica da história cultural, os indicadores empíricos evidenciam um saber docente incorporado ao fazer dos professores primários de Lomba Grande e a mobilização da comunidade para assegurar aos filhos dos colonos o direito à escola.

Adrián Rodrigo Baeza Araya discorre sobre as ideias pedagógicas do pensador chileno Valentín Letelier (1852-1919), com ênfase na noção de “ato didático”. O estudo destaca a atuação de Letelier como uma forma de resistência política, tendo em vista sua defesa da educação pública, sua originalidade com relação ao discurso metropolitano e sua vinculação a uma tradição intelectual latino-americana de vocação crítica.

Marisa Bittar e Amarilio Ferreira Jr. analisam os primeiros anos da educação soviética, admitindo que ela combinou os princípios marxistas da escola do trabalho com o ativismo pedagógico típico do período de efervescência política da revolução. Para tanto, estudaram discursos e artigos de três expoentes da revolução e da educação soviética: Lounatcharski, Krupskaya e Lênin. Concluem que o ativismo pedagógico coincidiu com a campanha pela alfabetização e início da construção do sistema nacional de escolas públicas, que começou a declinar, na década de 1930, com a consolidação da revolução.

O artigo de Vanesa Mariángeles Gregorini articula a relação entre o saber disciplinar de história, adquirido pelos professores em sua formação inicial ou continuada, o saber curricular e os “usos”, reelaborações e releituras que deles fazem os professores. Os participantes da pesquisa admitem que é necessário considerar algumas variáveis da cultura escolar que condicionam o ensino, tais como: o uso

do tempo, os interesses dos alunos, as finalidades educativas e os contextos da sala de aula e da instituição escolar.

Seguem-se três artigos que abordam diferentes temas relacionados às práticas escolares. Sergio Martinic focaliza o tempo como objeto de políticas de educação na América Latina e seu impacto na aprendizagem. Ao analisar a experiência chilena da jornada integral, considera que o aumento do tempo escolar exige mudanças nos modos de conceber, gerir e utilizar o tempo em sala de aula e na escola em geral. O artigo de Viviane Castro Camozzato, fundamentado em Zygmunt Bauman, discute os significados da pedagogia, com base nas metáforas do legislador (associada à modernidade) e do intérprete (associada à pós-modernidade). Para a autora, a pedagogia necessita adequar-se às reconfigurações sociais e culturais e atuar como “intérprete da cultura”, o que implicaria uma pluralidade do conceito de pedagogia e de suas finalidades. Joana de Freitas Luís, Sofia Andrade e Paula Coelho Santos abordam as intervenções e a atitude do professor da educação infantil, tendo em perspectiva oferecer ao grupo infantil maiores oportunidades de participação. Concluem que essas oportunidades contribuem para um maior envolvimento e bem-estar das crianças, motivando-as a aprender e a explorar os processos de tomada de decisão, participando deles.

A questão das TIC é retomada por Osvaldo Barreto Oliveira Júnior na resenha do livro *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*, de Paula Sibilia. Essa pesquisadora e ensaísta argentina, residente no Brasil, analisa os fatores que resultaram na crise da escola e considera que as TIC não podem ser concebidas como garantidoras da excelência escolar, mas sim como “espaços de encontro e diálogo”.

Espera-se que os temas e enfoques propostos pelo conjunto de artigos publicados neste número da *RBE* contribuam para o aprofundamento das reflexões e do debate sobre as relações entre educação e as novas tecnologias, história e práticas escolares.

*A Comissão Editorial  
Rio de Janeiro, abril de 2015*